



As vítimas foram surpreendidas durante o jantar

De volta à barbárie

CAMPO Na Paraíba, dois líderes sem-terra são executados por homens encapuzados

POR RENÉ RUSCHEL

No que depender de mim, o agricultor, o homem do campo, vai apresentar como cartão de visita para o MST um cartucho (de) 7.62”, afirmou o então deputado Jair Bolsonaro em novembro de 2017, durante um comício em Vitória. “Àqueles que me questionam se eu quero que matem esses vagabundos, quero, sim. A propriedade privada numa democracia é sagrada. Invadiu, pau nele.”

No sábado 8, a profecia seria cumprida à risca não fosse por um pequeno detalhe. Em vez de cartuchos de fuzil 7.62 mm, a polícia encontrou na cena cápsulas

de espingarda e de revólver calibre 38. O crime ocorreu em Alhandra, interior da Paraíba, a 45 quilômetros de João Pessoa. José Bernardo da Silva, o “Orlando”, e Rodrigo Celestino, líderes do MST no estado, foram executados por volta das 19 horas, enquanto jantavam no acampamento Dom José Maria Pires. Segundo testemunhas, quatro homens armados e encapuzados chegaram ao local e pediram para algumas pessoas se afastarem, então abriram fogo contra Orlando e Celestino.

“Bolsonaro fez uma campanha baseada no ódio e no estímulo ao uso de armas. Com a vitória, brotou um sentimento de

impunidade naqueles latifundiários mais truculentos, que sempre acham que é possível resolver os problemas sociais pela força”, lamenta João Pedro Stedile, líder do MST. A Polícia Civil investiga o caso, mas ainda não há suspeitos. “Vamos tomar nossos cuidados, agir com prudência e denunciar todas as tentativas de criminalizar os movimentos do campo e da cidade. A sociedade não aceita a violência como método de governar”, acrescenta Stedile.

Oswaldo Bernardo da Silva, irmão de Orlando e coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens na Paraíba, vive há dez anos sob o guarda-chuva do programa de proteção aos defensores dos direitos humanos. Em depoimento a *CartaCapital*, ele diz que sempre temeu pela vida do irmão. “Era muito ativo, muito voluntarioso. Em todas as ocupações estava na linha de frente. Era um líder nato.” Orlando deixou esposa e dois filhos. O velório aconteceu na capela do assentamento Zumbi dos

CHRISTIAN WOA, REPRODUÇÃO/MÍDIA SOCIAL E VALTER CAMPANATO/ABR

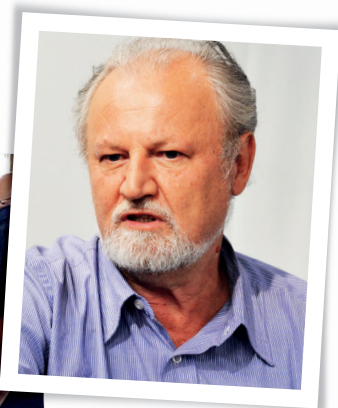


Palmares, no município de Mari, onde vivia com a família. Celestino foi velado e sepultado em João Pessoa, em uma cerimônia restrita aos amigos e familiares.

O sepultamento de Orlando transformou-se em um ato político. Estiveram presentes o governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, a senadora Gleisi Hoffmann, presidente do PT, o procurador-regional da República, José Godoy, além de lideranças de diversos partidos e movimentos sociais. Para Godoy, é lamentável que um ato de violência como este tenha acontecido às vésperas da comemoração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e logo após a celebração dos 30 anos da Constituição, que definiu o acesso à reforma agrária como um direito básico. “Não existe democracia sem eleições livres. Não existe eleições livres sem partidos e movimentos sociais. Então vocês (do MST) são o cerne da democracia e, quando acontece isso, é a democracia que está sendo atacada”, afirmou o procurador.

Conivente com os abusos da Lava Jato, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, agora diz estar preocupada com o “contexto sombrio de violência” contra os movimentos sociais, a demonstrar “quão distante ainda estamos da efetivação dos direitos garantidos pela Declaração dos Direitos Humanos”.

De acordo com Marco Antonio Mitidiero Junior, professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba, a história de lutas e conflitos agrários no estado é antiga. Embora tenham nascido em Pernambuco, as Ligas Camponesas, precursoras na luta pela reforma agrária, tiveram atuação intensa na Paraíba entre as décadas de 1950 e 1960, principalmente na região de Mari, no Agreste do estado. “O acampamento Antas está à beira da estrada há 20 anos e fica a cerca de 500 metros da casa onde viveram João Pedro e Elisabeth Teixeira, das Ligas Camponesas”, lembra o professor. O



Gleisi e Ricardo Coutinho compareceram no funeral. Para Stedile, ruralistas apostam na impunidade após a vitória de Bolsonaro

militante foi assassinado em 1962. Para Mitidiero, a Paraíba é um espelho do que acontece em todo o País. “Aqui, o que se vê é uma altíssima concentração fundiária. Diante dessas condições, os conflitos por terra são iminentes.”

A primeira Liga Camponesa surgiu no início da década de 1950 no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, a 53 quilômetros do Recife. A propriedade congregava 140 famílias de “foreiros”, lavradores obrigados a pagar pesadas taxas para o dono da terra. O advogado Francisco Julião, que já atuava em defesa de camponeses, foi chamado para assessorar o grupo e tornou-se a liderança de maior expressão. No início dos anos 1960, o jornalista e escritor Antonio Callado publicou uma série de reportagens sobre o movimento para o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*, depois reunidas no livro *Tempo de Arraes – Padres e comunistas na revolução sem violência* (1965). O tema foi revisitado por Callado no romance *Quarup*, de 1967.

Os conflitos fundiários persistem até hoje. A partir de 2015, notadamente após o *impeachment* de Dilma Rousseff, houve

uma escalada da violência no campo. Em 2014, foram registradas 31 mortes no País em conflitos agrários, segundo a Pastoral da Terra. No ano seguinte, o número subiu para 50. Depois, passou para 61, em 2016, e para 71 assassinatos em 2017. “Por paradoxal que possa parecer, a violência no campo constitui-se na forma de organização territorial brasileira. Serve como mediação nas disputas pela terra, e na Paraíba não é diferente”, lamenta Mitidiero. O pesquisador não é otimista em relação ao futuro. “Tudo indica que a violência vai aumentar. As declarações de Bolsonaro durante a campanha dão o tom do que virá pela frente.”

Repetidas vezes, o presidente eleito deixou claro que pretende tratar o MST como “organização terrorista”. Além da ameaça de criminalização do movimento, Stedile está descrente no futuro do programa de reforma agrária, que deveria estar atrelado a um projeto nacional de desenvolvimento, voltado para a distribuição de renda, a geração de emprego, o fortalecimento da agroindústria, a igualdade de direitos para todos, enumera.

“Infelizmente, o novo governo não tem um projeto nacional e muito menos de desenvolvimento econômico e social”, diz o líder do MST. “Será apenas um governo voltado para os interesses dos banqueiros, das empresas estrangeiras, e a favor da privatização de nossas estatais. Basta ler as declarações do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, e seus *Chicago’s Boys*.” A entrevista com Stedile está disponível em www.cartacapital.com.br. •

Em 2017, Bolsonaro sugeriu aos ruralistas oferecer “como cartão de visita para o MST um cartucho de 7.62”

